

# Na busca pelo campo, o encontro com os fundamentos da cidade: Sandra Lencioni, um capítulo na história da geografia crítica uspiana

Elisa Favaro Verdi  
USP

p. 481-497

revista

Geo   
USP  
espaço e tempo

Volume 20 • nº 3 (2016)

ISSN 2179-0892

## Como citar este artigo:

VERDI, E. F. Na busca pelo campo, o encontro com os fundamentos da cidade: Sandra Lencioni, um capítulo na história da geografia crítica uspiana. **Geosp – Espaço e Tempo** (Online), v. 20, n. 3, p. 481-497, mês. 2016. ISSN 2179-0892.

Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/geosp/issue/view/6465>>. doi: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geosp.2014.84539>.



Este artigo está licenciado sob a Creative Commons Attribution 4.0 License.

# Na busca pelo campo, o encontro com os fundamentos da cidade: Sandra Lencioni, um capítulo na história da geografia crítica uspiana

---

## Resumo

O presente artigo analisa a dissertação de mestrado de Lencioni (1985), defendida no Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo durante as décadas de 1970-80. Interpreta-se a dissertação em tela como parte fundamental de um processo de consolidação de uma geografia materialista e dialética, que trouxe novos conteúdos para as pesquisas na disciplina e transformou a leitura parcelar dessa ciência sobre o modo como se relacionam a sociedade e o espaço. O entendimento de que essa relação é dialética, de que o espaço é produzido socialmente e de que a cidade, o urbano e a metrópole são reveladores das contradições dessa produção foi uma longa construção que se desenvolveu em diálogo com a da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP e de sua chamada tradição crítica.

**Palavras-chave:** Geografia crítica. Universidade de São Paulo. Tradição crítica. Marxismo. Produção social do espaço.

---

## In seeking for the rural, the encounter with the urban: Sandra Lencioni, a chapter in the history of USP's Critical Geography

---

### Abstract

This article aims to analyze Lencioni's master's dissertation (1985) inserted in the production of the Department of Geography of the University of São Paulo during the 1970s and 1980s. The dissertation is here interpreted as a fundamental piece of a consolidation process of a materialist and dialectical Geography that brought new contents for research in this discipline and therefore transformed the science by establishing renewed paradigms for the relationship between space and society. Understanding that this relationship is dialectical, that space is socially produced and that the city, the urban and the metropolis reveal the contradictions of this production was a long process that was developed in dialogue with the production of USP's Philosophy, Letters and Humans Sciences Faculty and it's so called critical tradition.

**Keywords:** Critical Geography. University of São Paulo. Critical tradition. Marxism. Social production of space.

---

O presente artigo analisa a dissertação de mestrado de Lencioni (1985),<sup>1</sup> inserida e em relação à produção do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo durante as décadas de 1970-80. A pesquisa de Lencioni (1985) é aqui interpretada como parte fundamental de um processo de consolidação de uma geografia materialista e dialética que trouxe novos conteúdos para as pesquisas na disciplina e que transformou a leitura que essa ciência parcelar realiza da forma como a sociedade e o espaço se relacionam. O entendimento de que essa relação é dialética, de que o espaço é produzido socialmente e de que a cidade, o urbano e a metrópole são reveladores das contradições dessa produção foi uma longa construção que se desenvolveu, no caso do Departamento de Geografia da USP, entre os anos 1960 e 1980, em diálogo com diversos autores, brasileiros e estrangeiros, geógrafos e não geógrafos, que se colocaram, como um desafio comum, o desvendamento da realidade em constante transformação.

Nesse artigo, inicialmente serão abordados alguns pontos da chamada tradição crítica da Faculdade de Filosofia da USP e o Departamento de Geografia que dela faz parte; em seguida se analisará a dissertação de mestrado de Lencioni (1985) e, finalmente, se estabelecerá um diálogo com outros trabalhos da época (dissertações e teses defendidas no Departamento), a fim de analisar a consolidação de uma ruptura teórico-metodológica na geografia, definindo os caminhos de uma tradição uspiana de pesquisa em geografia humana no Brasil.

### **Contra a corrente: a tradição crítica da Faculdade de Filosofia da USP**

O Departamento de Geografia, e antes dele as cátedras de geografia física, geografia humana e geografia do Brasil do curso de geografia e história, sempre fizeram parte do corpo institucional da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) da Universidade de São Paulo<sup>2</sup> (Azevedo, 1954; Azevedo; Silveira, 1949). É possível compreender o surgimento de um pensamento crítico na produção de tal Departamento em relação com a chamada tradição crítica dessa Faculdade de Filosofia. Candido (2004) e Fernandes (1984) afirmaram esta detém

---

1 A presente discussão foi parcialmente apresentada na mesa “Contribuições à formação e produção acadêmica”, no Colóquio Sandra Lencioni: trajetória intelectual, em 10 de março de 2016, no Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo. Agradeço o convite dos coordenadores do evento, Eudes Leopoldo e Ana Fani Alessandri Carlos, para participar de tal homenagem.

2 A Universidade de São Paulo foi fundada em janeiro de 1934 a partir da integração de cinco escolas de ensino superior já existentes no estado (Faculdade de Direito, Escola Politécnica, Faculdade de Medicina, Escola Superior de Agricultura e Faculdade de Farmácia e Odontologia) e da criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL), a qual congregava os cursos de física, química, matemática e estatística, biociências, psicologia, educação, história, geografia, ciências sociais, letras e filosofia (Mendes, 1978). Segundo Candido (1992), Chauí (2001), Giannotti (1986), Hirano (1992) e Martins (1999), a fundação da Universidade de São Paulo e sobretudo de sua célula *mater*, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, foi um dos acontecimentos mais importantes da história da cultura brasileira. Para Petrone (1994, p. 3), a contribuição da FFCL no desenvolvimento cultural brasileiro se deu principalmente por associar, pela primeira vez no país, ensino e pesquisa, inaugurando assim uma postura “decididamente nova e, sem exagero, revolucionária”. Para Azevedo (1954), a fundação da USP marca um dos eventos mais importantes na história do pensamento geográfico brasileiro, pois registrou o primeiro curso superior de geografia no país, constituindo assim sua institucionalização.

uma postura política e ideológica, nos seus termos, “contra a corrente”: as pesquisas empreendidas pelo seu corpo docente e alunos demonstram um compromisso social com as camadas mais empobrecidas da população brasileira.

De acordo com Candido (1992), predominou na FFCL o interesse pelos estudos concretos das realidades fundamentais da sociedade brasileira por meio de temas como habitat, moradia, zonas pioneiras, crenças, religiões, práticas populares, entre outros. Esse teria sido o início de uma tradição de pensamento sobre o homem comum no Brasil e sua condição. As pesquisas empreendidas na FFCL, nesse sentido, iniciaram uma nova perspectiva ao deslocar o objeto de investigação das classes dominantes para as classes oprimidas, optando pela compreensão das condições dos grupos marginalizados. Entre as pesquisas que caminharam nessa direção e que inauguraram tal tradição, Candido (1992) cita a título de exemplo, na Sociologia, o trabalho de Florestan Fernandes sobre a situação do negro; na Antropologia, o trabalho de Emílio Willems sobre o caipira, o trabalho de Gioconda Mussolini sobre os pescadores e o trabalho de Egon Schaden sobre grupos indígenas e, na geografia, o trabalho de Nice Lecocq Müller sobre os sitiantes.

Também nesse trajeto, outro momento marcante dessa tradição crítica, segundo Schwarz (1999) e Rodrigues (2011), foi o chamado *Seminário Marx*, o primeiro grupo de estudos que realizou uma leitura acadêmica na USP da obra *O Capital*, de Karl Marx, entre 1958 e 1964. Participaram desse grupo diversos professores e estudantes dos cursos de Filosofia, Economia e Ciências Sociais da FFCL. Para Schwarz (1999, p. 93), a intenção do grupo em ler *O capital* estava diretamente relacionada com a realização das teses de doutoramento dos seminaristas: “Os jovens professores tinham pela frente o trabalho da tese e o desafio de firmar o bom nome da dialética no terreno da ciência. De modo geral, escolheram assunto brasileiro, alinhados com a opção pelos de baixo que era própria à escola”.

Desde então, a leitura da obra de Marx e de autores marxistas ampliou-se para muitos outros grupos na universidade, mantendo-se até os dias atuais. Cabe destacar que um desses grupos foi coordenado pelo professor José de Souza Martins, do Departamento de Sociologia, e do qual algumas estudantes de geografia – em seguida professoras do Departamento – participaram, entre elas a professora Sandra Lencioni. Durante aproximadamente quinze anos esse grupo empreendeu uma leitura acadêmica e metodológica de parte das obras de Karl Marx e Henri Lefebvre, sendo o segundo considerado por José de Souza Martins como um prolongador e renovador do pensamento do primeiro (Carlos, 2005; Damiani, 2009; Lencioni, 2006; Seabra, 2003). Lencioni (2006) comentou que a qualidade intelectual desse trabalho universitário, dessa leitura duradoura e sistemática, realizado fora de todas as regras estabelecidas, marcou definitivamente a produção individual de todos que dele participaram.

O período da ditadura civil-militar, entre 1964 e 1985, marcou profundamente a Universidade de São Paulo, não apenas em aspectos institucionais e administrativos, mas também acadêmicos e científicos. A tradição crítica que mencionamos até aqui também se insere nesse contexto. Se trata de uma nova etapa – mais difícil, mas não menos produtiva – para a produção de um pensamento crítico na universidade.

A ditadura civil-militar é compreendida por diversos autores (Napolitano, 2014; Oliveira, F., 2003; Ridenti, 2010; Toledo, 2004) como um processo de modernização autoritária que criou políticas de ampliação da acumulação de capital e reformou, sob marcos conser-

vadores, o Estado brasileiro. A repressão política e a construção de uma ordem social e institucional autoritária e centralista marcaram o regime. Todos os setores da sociedade brasileira foram diretamente atingidos pela ditadura, embora diferentemente de acordo com as classes sociais e posturas políticas. O discurso e a ação dos militares enfatizavam a necessidade de modernização da economia, certamente baseando-se em moldes capitalistas: altas taxas de crescimento econômico e ampliação das desigualdades sociais que tiveram como consequência crises econômicas e processos inflacionários desenfreados.<sup>3</sup> Para Ridenti (2010), o desenvolvimento promovido pelos militares se deu às custas do cerceamento das liberdades democráticas e com grande concentração de riquezas, definindo uma modernização autoritária e conservadora.

Na esteira de modernizações, o ensino universitário também passou por transformações radicais. O papel das universidades na formação de elites administrativas, técnicas e intelectuais fez delas um dos principais alvos da modernização autoritária. A Reforma Universitária, lei promulgada em 1968, determinou essa trilha a partir da racionalização de recursos, da busca pela eficiência na produção científica e da ampliação da participação da iniciativa privada (Chauí, 2001; Giannotti, 1986).

A reforma se pautou em um modelo estadunidense de universidade: as faculdades se desmembraram em departamentos e institutos, as cátedras se extinguíram e se pulverizaram em disciplinas, criou-se uma política nacional de pós-graduação e o currículo passou a ser estruturado por um sistema de créditos que permitia expandir as vagas nos bancos universitários sem aumentar, proporcionalmente e simultaneamente, o número de professores (Cunha, 1988; Motta, 2014). No caso da Universidade de São Paulo, e mais especificamente da sua Faculdade de Filosofia, a reforma universitária desmembrou a FFCL em 8 diferentes institutos e faculdades, entre eles, a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) que congregava os cursos de filosofia, letras, ciências sociais, história e geografia (Mendes, 1978).

Para Chauí (2001), os militares viam as universidades como um problema político e social prioritário, e a reforma universitária serviria justamente para erradicar a possibilidade de contestação à ditadura que estava presente no movimento estudantil e, ao mesmo tempo, atender às demandas de ascensão social de uma nova classe média que apoiara o golpe em 1964.

---

3 Entre 1967 e 1973, período denominado “milagre econômico”, as taxas de crescimento atingiram a marca de 10% ao ano. Com recursos como amplo endividamento externo e administração de preços, sistema de incentivos fiscais e subsídios, o Estado passou a ter comando quase absoluto sobre a área econômica nacional. Também a incorporação de novos trabalhadores ao mercado formal e a consolidação de um segmento médio de consumidores garantiram o êxito dessa política econômica interna, que gerou novos mercados e compradores, formando uma classe média que, pela primeira vez na história do Brasil, tinha acesso a bens de consumo e à educação (Luna; Klein, 2014). Entretanto, segundo F. Oliveira (2003), essa política econômica da ditadura civil-militar intensificou a desigualdade de renda: em 1960, o 1% mais rico da população se apropriava de cerca de 11,72% da renda nacional, um pouco mais do que o apropriado pelos 40% mais pobres. Já em 1970, os 5% mais ricos se apropriavam de uma parcela da renda ainda maior que a parcela apropriada por 60% da população: 27,35% contra 25,18%. A crise desse milagre econômico se manifestou fortemente na década de 1980, sobretudo devido ao aumento da dívida externa e ao choque na balança comercial brasileira ocasionado pelas duas crises mundiais do petróleo. O aumento desenfreado na inflação na década, que atingiu o índice de 200% ao ano em 1983, a diminuição do valor real dos salários dos trabalhadores por causa da inflação e do endividamento foram as marcas profundas deixadas para os governos democráticos seguintes, a partir de 1985 (Oliveira, F., 2003). Esse crescimento econômico, portanto, significou o aumento das injustiças sociais em virtude de uma política econômica que fazia aumentar a concentração de riqueza (Luna; Klein, 2014; Oliveira, F., 2003).

Alguns momentos da história da Faculdade de Filosofia, durante a ditadura, são marcantes para revelar essa postura de contestação. De acordo com Benedito (2008), Chauí (2003), Giannazi (2014) e J. Moraes (1988), a invasão do grêmio da FFCL pelo exército em 1964;<sup>4</sup> o confronto entre estudantes da FFCL e do Mackenzie na rua Maria Antônia, em outubro de 1968;<sup>5</sup> e a invasão do Crusp em dezembro do mesmo ano pelos militares forçando a sua desocupação<sup>6</sup> são os três grandes fatos que demonstram a ameaça que o movimento estudantil, para os olhos dos militares, representava para o regime.

É importante destacar, no entanto, que esse caráter combativo não era uma característica intrínseca ou mesmo homogênea na USP, assim como também não o era na Faculdade de Filosofia. Giannazi (2014) enfatiza que houve grande convivência da Reitoria da USP com os atos de repressão e autoritarismo na USP. Por exemplo, dois reitores da universidade foram nomeados Ministros da Justiça durante a ditadura: o jurista Luís Antônio da Gama e Silva, da Faculdade de Direito, foi ministro durante o mandato do General Costa e Silva; e o também jurista Alfredo Buzaid, professor da mesma faculdade e um dos elaboradores do AI-5, foi ministro durante o governo Médici.

No caso específico do Departamento de Geografia, o movimento estudantil detinha o caráter de combate à ditadura e suas ingerências na universidade: Ariovaldo Umbelino de Oliveira, em 1968, era presidente do Centro Acadêmico de Geografia (Oliveira, A., 2015); o estudante Geraldo Siqueira foi um dos fundadores do DCE-Livre da USP, em 1976 (Siqueira, 2006); Antônio Carlos Robert Moraes, Wanderley Messias da Costa e André Roberto Martin eram filiados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e participavam do núcleo do partido na USP (Pedrosa, 2015); Odette Carvalho de Lima Seabra foi, durante alguns anos, militante da Polop<sup>7</sup> (Pedrosa, 2015; Seabra apud Verdi, 2015, p. 46), para mencionar alguns.

São esses estudantes, muitos deles combativos, com uma perspectiva de transformação social, que estão, simultaneamente, refletindo sobre sua ciência parcelar e traçando um caminho de radicalização da geografia com outro entendimento da realidade. Em suas pesquisas de pós-

4 O grêmio da FFCL foi alvo de uma busca empreendida pelo Departamento de Ordem Política e Social (Dops), que resultou na apreensão de “materiais subversivos” e na prisão de nove estudantes da faculdade já no dia 2 de abril de 1964, ou seja, imediatamente após o golpe (Giannazi, 2014).

5 Segundo Mathias e outros (1988), nos dias 2 e 3 de outubro de 1968, houve o confronto entre estudantes da Universidade Mackenzie e estudantes da Faculdade de Filosofia da USP, ambas instituições localizadas na rua Maria Antônia, no centro de São Paulo, episódio que ficou conhecido como a “batalha da Maria Antônia”. Mathias e outros (1988), J. Moraes (1988) e Seabra (apud Verdi, 2015, p. 46) relatam que os estudantes do Mackenzie atiraram pedras, madeira, bombas, objetos incendiários e panos molhados com ácido e atiraram com armas de fogo contra o edifício da FFCL. Esses ataques foram atribuídos ao grupo denominado Comando de Caça aos Comunistas (CCC), do qual participariam alunos do Mackenzie. Depois de algumas horas de conflito, o saldo era de um aluno morto por tiros, 4 alunos feridos à bala e inúmeros alunos e professores feridos por pedras e queimados por ácido. Todos os feridos faziam parte da FFCL.

6 Em 17 de dezembro de 1968, apenas quatro dias depois da promulgação do AI-5, outro ataque à universidade foi empreendido, dessa vez diretamente pelos agentes da ditadura. O Conjunto Residencial da Universidade de São Paulo (Crusp), residência universitária voltada ao auxílio de alunos mais pobres da USP, foi invadido pelas forças militares, que entraram nos prédios e nas casas dos alunos fazendo buscas por “material subversivo” e seus detentores. Nessa invasão, diversos estudantes foram presos, e os prédios da residência universitária ficaram interditados até 1979, quando foram retomados por iniciativa dos alunos (Benedito, 2008).

7 A Organização Revolucionária Marxista Política Operária (Polop) foi um grupo clandestino entre os diversos da esquerda brasileira que lutaram contra a ditadura (Ridenti, 2014). Fundada em 1959, a organização é considerada por Reis Filho (2007) uma matriz da esquerda revolucionária brasileira. Uma das pautas da organização era a união das lutas do movimento estudantil e do movimento operário.

graduação, percebe-se o comprometimento social e a insatisfação com a geografia que, a seu ver, não respondia às questões do presente. Os trabalhos de formação – mestrados e doutorados – de uma geração de geógrafos, assim, revelam não apenas essa insatisfação, mas principalmente a busca por novas questões, abordagens, teorias e métodos para a geografia, produzindo uma ruptura crítica na ciência geográfica a partir de fundamentos políticos e metodológicos articulados (Verdi, 2015). Nesse grupo, inclui-se o trabalho da professora Sandra Lencioni.

### **Um exercício de ruptura metodológica em *Agricultura e urbanização*: o lugar como síntese de múltiplas determinações**

Nesse contexto de transformações políticas e sociais, a ciência geográfica também passou por um processo de transformação. As dissertações e teses da área de geografia humana defendidas no Departamento de Geografia da USP são representativas do processo de renovação e revelam a construção e consolidação de uma ruptura metodológica na geografia brasileira. Entre esses trabalhos, inclui-se a dissertação de mestrado de Sandra Lencioni, defendida em 1985. Sob orientação da professora Léa Goldenstein, o trabalho *Agricultura e urbanização: a capitalização no campo e a transformação da cidade – Jardinópolis: o estudo de um lugar*, discutiu como a reprodução do capital no campo não pode prescindir da existência da cidade. A cidade é compreendida, na dissertação, como a materialização das condições gerais da produção capitalista, historicamente determinada pelas relações de produção. Para tanto, o estudo de um lugar – no caso, a cidade de Jardinópolis, no interior de São Paulo – sintetiza essa relação entre campo e cidade. Lencioni (1985), assim, discorre essencialmente sobre como, em um determinado lugar, a articulação dos processos sociais se materializa nos aglomerados urbanos.

O estudo do lugar é fundamental, pois particulariza o processo em questão. Essa particularização diz respeito ao processo de redefinição da divisão territorial do trabalho resultante da industrialização e da perda da hegemonia da cafeicultura paulista. Em seguida, o processo de industrialização da agricultura também redefine as relações no lugar, revelando a proletarianização do trabalhador rural e a formação da periferia da cidade.

A escolha pelo município de Jardinópolis não foi aleatória: nesse lugar, esses processos analisados especializam-se. Com destacada produção agrícola, sendo um dos municípios do estado de São Paulo a produzir, no início do século XX, mais café do que a média estadual, Jardinópolis passou por um processo de aparente estagnação depois da crise do café. Entre 1920 e 1980, a população do município pouco se alterou em termos absolutos – mantiveram-se os cerca de 20 mil habitantes – mas alterou-se, profundamente, a relação proporcional entre população rural e população urbana (Lencioni, 1985). A transformação na distribuição rural/urbana da população foi, assim, um dos disparadores para a reflexão sobre a reprodução do capital no campo e na cidade, e conseqüentemente a relação dialética entre eles.

A investigação está organizada, na dissertação, em três capítulos que discorrem, primeiro, sobre a economia cafeeira no estado de São Paulo e a inserção do município de Jardinópolis nessa produção; segundo, sobre a crise do café e a redefinição da divisão territorial do trabalho e as transformações na paisagem e no município decorrentes dessa transformação; e terceiro,

sobre a produção da periferia urbana em Jardinópolis, resultado da capitalização da agricultura e da proletarização do trabalhador rural. Nesse trajeto, Lencioni (1985) percorre a história de ocupação do interior do estado de São Paulo, tratando brevemente das zonas pioneiras; também a história do município de Jardinópolis a partir das relações jurídico-administrativas que definiam a configuração política do estado; a importância econômica do solo de terra roxa para a produtividade dos cafezais; a relação intrínseca entre expansão da fronteira agrícola e especulação; a história da imigração de estrangeiros para trabalhar nos cafezais, em regime de colonato; a organização do trabalho familiar do colono e suas diversas formas de relação com a terra e com o proprietário de terras.

Para tanto, nesse esforço de investigação, Lencioni (1985) empreendeu uma extensa pesquisa de cunho estatístico sobre a produção e a produtividade do café na região, utilizando uma ampla gama de materiais e fontes, como censos agropecuários, anuários estatísticos, notícias de jornais locais, entre outros. Também as entrevistas realizadas com antigos colonos foram fonte primária para investigar os aspectos da vida cotidiana, com foco nas questões relativas à propriedade da terra e à organização do trabalho familiar.

Assim, percebe-se que a pesquisa de mestrado de Lencioni (1985) revela uma dupla contradição: as transformações na organização do trabalho, durante o século XX, determinam, primeiro, a formação da força de trabalho e conseqüentemente a própria constituição da classe trabalhadora e; segundo, a produção do espaço urbano a partir da reconfiguração das relações entre campo e cidade, rural e urbano. No primeiro movimento, a análise da história da formação da força de trabalho em Jardinópolis revela que a família do colono se constituía como uma unidade de trabalho tanto para a reprodução do próprio trabalhador, para sua sobrevivência, quanto para a reprodução do capital, visto que o acesso à terra para a produção de alimentos, a propriedade dos meios de trabalho e o trabalho nos cafezais não eram remunerados, garantindo assim a reprodução ampliada do capital. Já no segundo movimento da contradição, a busca pela gênese dos problemas urbanos levou à reconstrução histórica dos processos sociais de produção do espaço. Lencioni (1985, p. 2) assim articula os movimentos:

A reconstrução histórica da articulação dos processos sociais na produção do espaço nos permitiu compreender as transformações das relações de trabalho no campo onde a proletarização do trabalhador rural acabou por resultar na urbanização da sua reprodução. A mudança do local da reprodução da força de trabalho rural, do campo para a cidade, configurou-se espacialmente como manifestação da pobreza urbana pela formação das chamadas periferias nas cidades interioranas. Essa periferia é por nós entendida como uma particular manifestação espacial da problemática da reprodução da força de trabalho em contexto urbano; no nosso caso, decorrente da intensificação do capitalismo na agricultura, deslocando o trabalhador rural para a cidade sem, no entanto, desvinculá-lo da atividade agrícola.

Constata-se que as obras de Pierre Monbeig e José de Souza Martins são referências fundamentais para essa argumentação, sobretudo *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo* (1984) e *Novos estudos em geografia humana* (1957), do primeiro, e *O cativo da terra* (1979), do segundo. O diálogo com o trabalho de Monbeig (1952; 1957) é perceptível, majoritariamente,



quando a autora empreende a sua reflexão sobre a relação entre franja pioneira e especulação imobiliária, destacando a importância das vias férreas e da organização da circulação no estado de São Paulo mediando essa relação. Já a sua leitura da obra de Martins (1979) percorre toda a reflexão estrutural da dissertação sobre a formação do trabalho livre, na forma do regime de colonato, e a expansão da mercantilização da propriedade da terra.

A leitura da dissertação de Lencioni (1985) revela, além dos anteriormente mencionados, diversos diálogos com a produção do próprio Departamento de Geografia da USP. Destacam-se a seguir aqueles que apareceram como os mais pertinentes e também reveladores do processo de construção e consolidação de uma perspectiva de geografia denominada por diversos autores como geografia crítica.

### **Agricultura e urbanização em diálogo com a ruptura crítica do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo**

A partir da análise da dissertação de Lencioni (1985) é possível tecer relações com a ruptura crítica empreendida em diversas dissertações (Carlos, 1979; Costa, 1982; Rossini, 1971; Sader, 1970) e teses (Oliveira, A., 1978; Petrone, 1964; Rossini, 1975) defendidas no Departamento de Geografia da USP entre as décadas de 1970-80.

Primeiramente, pode-se considerar que o trabalho em tela se insere na perspectiva de analisar a organização do espaço regional do estado de São Paulo – no caso de Lencioni (1985) a cidade de Jardinópolis e sua articulação com a economia cafeeira – por meio da investigação de diversos fragmentos que se articulam na dinâmica regional do estado. Essa perspectiva de trabalho foi empreendida no Departamento de Geografia da USP pelo professor Pasquale Petrone que, assim como muitos de seus orientandos, estudou as transformações ocorridas em diversos fragmentos do espaço, buscando revelar tanto processos específicos do lugar estudado quanto outros processos mais generalizantes, que relacionam os fragmentos entre si (Petrone, 1964, 1972, 1994). Nessa perspectiva, a história do lugar e as transformações ali ocorridas são peça fundamental da análise geográfica, revelando um procedimento analítico que é característico de uma perspectiva de geografia que busca na evolução dos fenômenos ao longo do tempo os principais elementos da sua explicação. Percebe-se, assim, o estabelecimento de uma relação intrínseca entre a geografia e a história, pois o passado e as transformações ocorridas nos lugares são fulcrais para a sua compreensão.

Esse tipo de análise demonstra também o esforço de produzir e reunir informações sobre um determinado lugar para melhor compreendê-lo. Para o cumprimento desse objetivo, a análise de dados primários, muitas vezes estatísticos, organizados em uma perspectiva evolutiva, é o caminho para construir a história do lugar estudado.

Em sua dissertação de mestrado, *Serra Azul: o homem e a cidade*, Rossini (1971) utiliza como fonte de pesquisa – assim como Lencioni (1985) – dados estatísticos para analisar um município do estado de São Paulo – no caso, Serra Azul – empreendendo um estudo minucioso da população. O objetivo da pesquisa era caracterizar a dinâmica populacional para identificar “[...] as causas que levaram o município ao marasmo” (Rossini, 1971, p. 1). A exposição se inicia pelo quadro físico do lugar (características geomorfológicas e climáticas), que é seguido por uma

análise evolutiva de dados como nupcialidade, natalidade, mortalidade, esperança de vida, composição etária e renda média da população economicamente ativa. A partir desses dados e de pesquisas de campo, a autora observa a presença de uma população rural volante, o que a faz definir o município como uma cidade-dormitório polarizada pela capital regional, Ribeirão Preto. A análise das funções urbanas de Serra Azul é comprovação, para a autora, da polarização desse município frente à sua capital regional. Esse trabalho de Rossini (1971) demonstra – em um momento fundamental do debate sobre novas abordagens metodológicas na geografia – que trabalhar com dados estatísticos e com um instrumental matemático não significa, necessariamente, um alinhamento à geografia quantitativa ou ao positivismo. Nos trabalhos de Rossini (1971, 1975), assim como no de Lencioni (1985), o tratamento dos dados empíricos não se dá por meio de modelos e elaborações matemáticas, mas sim para demonstrar a existência de determinadas funções urbanas naquele município, estabelecendo as relações entre o lugar e a região.

A dissertação de Rossini (1971) compõe a perspectiva de realização de monografias urbanas ou regionais com a fim de articular dados para assim produzir informações sobre o lugar estudado (Abreu, 2014). Essa perspectiva monográfica aborda o fragmento do espaço como uma totalidade fechada, e mesmo o estabelecimento de comparações com outros fragmentos tem a sua função explicativa submetida à análise do lugar escolhido. O lugar é, portanto, um fim em si: o estudo do fragmento explica a ele próprio.

Já a dissertação de Sader (1970), *Evolução na paisagem rural de Itu, num espaço de 100 anos*, mostra um caminho de superação da pesquisa monográfica, pois partindo do fragmento – o município de Itu – e definindo o lugar como seu objeto de estudo, a autora conclui que é a questão da propriedade da terra, valorizada através dos mecanismos de especulação, o primeiro entrave para o progresso no setor agrário. Essa generalização relaciona diretamente o próprio fragmento com o entendimento mais amplo da questão agrária no Brasil, portanto superando-o, pois transforma o estudo do município em uma etapa da pesquisa e não em um fim em si. Nesse trabalho, Sader (1970) revela que foi no próprio processo de pesquisa que se desvendou a superação da análise do lugar como uma totalidade fechada e que, portanto, a compreensão dos processos sociais e espaciais deve superar o fragmento e revelar os processos que nele se realizam. Nesse sentido, o conceito de lugar estabelecido por Lencioni (1985) dialoga com a interpretação de Sader (1970), pois empreende uma compreensão totalizante dos processos espaciais que se realizam no fragmento analisado.

No entanto, é só no fim da década de 1970 que essa superação se consolida a partir de uma perspectiva dialética de interpretação da relação entre sociedade e espaço. Em sua tese de doutorado, *Contribuição para o estudo da geografia agrária: crítica ao “Estado Isolado” de Von Thünen*, A. Oliveira (1978) reflete sobre a noção de *totalidade contraditória* destacando a ideia de contradição, que ele entende como o motor da história, a explicação da luta de classes. O corpo de conceitos sistematizados da ciência – a teoria – se articula dialeticamente – no método – para demonstrar os processos do modo de produção. O objetivo é revelar a essência das relações da sociedade capitalista, a qual é encontrada na *produção*. Para o autor, são as relações de produção que explicam a transformação da natureza, a qual acontece pelo processo de *trabalho*, resultante da articulação entre os meios de produção e o próprio trabalho, que geram um objeto, um produto. É a produção, portanto, que explica as relações sociais no capitalismo.

Assim, a tese empreende um esforço de definição e estabelecimento de uma relação dialética entre a teoria do materialismo histórico e o temário da ciência geográfica, articulando-os na compreensão de uma subárea da disciplina – a geografia agrária.

A dissertação de Carlos (1979), *Reflexões sobre o espaço geográfico*, pode ser incluída nesse mesmo esforço, pois também utiliza, de forma pioneira, os instrumentos teóricos do materialismo histórico na reflexão sobre a organização do espaço. Para a autora, a leitura monográfica, diferentemente da visão totalizante, compreende os fenômenos isoladamente e não em relação contraditória com outros fenômenos. A proposta da dissertação foi, portanto, de analisar a organização do espaço como fruto das relações que se estabelecem entre a sociedade e o espaço, um produto histórico da transformação contínua que resulta do desenvolvimento das relações sociais. Essas relações passam por uma mediação necessária: o trabalho, ato exercido pelos homens que os coloca em relação com os objetos, mediante o uso de instrumentos, que resulta na transformação da natureza. É uma atividade criadora que permite à sociedade produzir os elementos necessários para a sua existência. O trabalho se torna, assim, a categoria fundamental para a compreensão da organização espacial. A organização do espaço viabiliza o processo de produção e é também viabilizada por ele, dialeticamente. Com isso, define-se uma influência recíproca entre a sociedade e o espaço: ao mesmo tempo em que o espaço é transformado pelo processo de trabalho, a sociedade também o é, ininterruptamente. Portanto, a compreensão da organização espacial de um determinado momento histórico está relacionada intrinsecamente a compreender as relações de trabalho desse mesmo momento. Aqui, o próprio espaço se torna uma produção social.

É possível interpretar que, na sua dissertação, Carlos (1979) estabelece uma virada na análise geográfica ao explicitar essa dialética quando relaciona o processo de acumulação capitalista com a urbanização. Tal relação estabelece não mais o lugar – uma cidade ou uma região – como o principal fator de determinação da organização espacial, mas sim o capital, que determina o processo de concentração espacial a partir das necessidades da acumulação. Os lugares, portanto, assumem a forma espacial da acumulação, efetivamente produzindo-se um espaço capitalista. Com isso, a análise da história da cidade é reconstruída sobre novas bases e seu fio condutor se torna a divisão do trabalho e como esta se relaciona com o modo de produção e conseqüentemente com a relação de classes nas sociedades ao longo da história.

Nota-se aqui que a dissertação de Lencioni (1985) dialoga em termos de ruptura metodológica com A. Oliveira (1978) e Carlos (1979), visto que a pesquisa empreende uma explicação dialética da relação entre o campo e a cidade, identificando na crise do café e na agricultura os fundamentos do processo de urbanização.

Já dissertação de Costa (1982), *O processo contemporâneo de urbanização: um estudo sobre a expansão da produção industrial em território paulista* constitui-se em um estudo sobre o processo de industrialização no Brasil que analisa um setor da produção industrial no município de São José dos Campos, em São Paulo. É revelador, neste trabalho, o fato de que, apesar de analisar um fragmento do espaço, este fragmento não é o ponto de partida da pesquisa e sim a síntese de um processo mais amplo que foi já analisado pelo autor. Ao não iniciar pelo lugar, Costa (1982) realiza uma inversão dos estudos monográficos, pois o seu caminho de reflexão não está dado pelo fragmento, mas sim pelo processo que se revela no fragmento. O objeto

da sua pesquisa foi o desenvolvimento – tanto econômico quanto territorial –, sob o modo de produção capitalista, da atividade industrial no Brasil. O autor analisa a expansão do parque industrial paulistano, vinculando-a à expansão da própria cidade de São Paulo, processo que representa a metropolização. É, portanto, um estudo sobre a dialética da concentração-descentralização industrial no estado que interpreta a urbanização contemporânea em relação intrínseca com a atividade industrial.

Em suma, percebe-se que a retomada da história do lugar, a escolha pelo estudo da organização espacial de um fragmento do estado de São Paulo, o amplo levantamento de dados e fontes primárias, a realização de trabalhos de campo, a opção pela interpretação dialética das dinâmicas espaciais de acumulação e a articulação de processos econômicos e processos espaciais são aspectos que compõem tanto os trabalhos aqui mencionados quanto a dissertação de mestrado de Sandra Lencioni e que, portanto, revelam que esta se insere na tradição de pesquisa do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo.

Esse caminho de interpretação pelas dissertações e teses evidencia que houve na geografia uspiana, entre as décadas de 1970-80, um processo de ruptura metodológica na produção geográfica que se fundamenta e se revela, simultaneamente, no entendimento da dialética entre sociedade e espaço. Esse entendimento foi construído a partir de um longo processo que se inicia com uma insatisfação com a geografia produzida na época, a identificação de uma crise da disciplina, fruto da sua incapacidade de desvendamento de uma realidade que havia passado e estava passando por uma série de transformações; a busca por novas abordagens teóricas e metodológicas, muito diferentes entre si, que fossem capazes de superar a crise da geografia; a escolha que alguns autores fizeram pela abordagem marxista, pelo materialismo histórico e pela compreensão dialética da realidade, associada ao desejo de transformação de uma sociedade politicamente e intelectualmente oprimida por uma ditadura que transformava os rumos do Brasil e da ciência, alterando profundamente os centros da reflexão sobre o próprio país – as universidades; a elaboração de novos conteúdos para os conceitos, categorias e objeto da geografia, denominando essa nova elaboração de *crítica*, com o objetivo de diferenciá-la daquela anterior, a qual foi retrospectivamente denominada *tradicional*.

A partir da análise das dissertações e teses argumenta-se que essa ruptura crítica concretizada nesses trabalhos se deu ao consolidar, primeiro, um novo entendimento da relação entre homem e natureza e, segundo, ao reelaborar a relação entre a geografia e a história (Verdi, 2015).

Para A. Moraes (2005), a geografia tradicional, de cunho positivista, realiza uma naturalização dos fenômenos humanos por compreender a ciência geográfica como aquela do contato entre o domínio da natureza e o domínio da humanidade. O homem é visto como um dos diversos elementos da paisagem, como um dado do lugar. Essa concepção estabelece os termos da relação entre o homem e a natureza criando uma ciência natural dos fenômenos humanos: “Tal perspectiva naturalista aparece com clareza no fato de buscar esta disciplina a compreensão do relacionamento entre o homem e a natureza, sem se preocupar com a relação entre os homens” (Moraes, A., 2005, p. 41). O materialismo histórico permite inverter essa relação, e com isso compreender que o espaço é um produto social.

Essa compreensão do espaço como construção social, como *produção* social, essencialmente dialética, atribui conteúdos sociais ao próprio espaço. Entre eles, as classes sociais. O espaço que, sob o modo de produção capitalista, é produzido por uma sociedade dividida em classes, é produto também da luta de classes. Quando se compreende que a luta de classes é o motor da história, como fizeram nas suas pesquisas de formação A. Oliveira (1978), A. Moraes (1983), Damiani (1984), Vesentini (1984), entre outros, esta adquire outra importância na análise das determinações da produção social do espaço. Muda, portanto, o conteúdo da relação entre espaço e tempo, entre geografia e história: se trata de um espaço socialmente produzido por uma sociedade dividida em classes, cujo movimento é dado pelas suas próprias contradições que se realizam espacialmente.

Ambos os movimentos mencionados são fruto do entendimento de que o *trabalho* é a mediação necessária entre o homem e a natureza: é o trabalho que transforma simultaneamente e dialeticamente tanto um quanto outro. Portanto, compreende-se aqui que essa mediação é responsável por redirecionar as reflexões e questões de pesquisa na geografia brasileira, fundamentando assim uma ruptura metodológica.

Nesses trabalhos, a ruptura crítica significou que a problemática da geografia se transformou: tratava-se agora de desvendar as determinações espaciais da reprodução do capital, ou a dimensão espacial da acumulação capitalista. As contradições específicas da periferia do capitalismo naquele momento exigiam uma ciência capaz de desvendar suas próprias contradições, determinações e movimentos. A dialética foi a forma e o caminho desse desvendamento.

No entanto, rapidamente esse processo se consolidou na produção do Departamento de geografia da USP. No primeiro parágrafo de sua tese de doutorado, Vesentini (1984, p. 1) argumentou que:

Começa a se tornar lugar-comum a afirmativa de que o espaço geográfico é produzido e reproduzido pelos homens em suas relações entre si e com a natureza. Produto da – e, ao mesmo tempo, condição material para a – práxis inter-humana sob determinadas peculiaridades de tempo histórico, ele é, outrossim, um espaço social.

Essa afirmação estimula a reflexão sobre a consolidação dessa perspectiva dialética que, alguns anos antes, estava em plena elaboração no que se refere aos seus fundamentos teóricos e metodológicos.

Abre-se, assim, a possibilidade de argumentar sobre a existência de uma perspectiva uspiana de geografia, resultado de uma renovação crítica na ciência que se consolidou como uma ruptura metodológica em relação à chamada geografia tradicional, de cunho positivista e historicista, herdada da Escola Francesa de Geografia (Ab’Saber, 1994; Abreu, 2014; Andrade, 1977; Berdoulay, 2008; Lacoste, 1976; Monteiro, 1980; Moraes, A., 2005), e que fundamentou uma ruptura crítica na ciência geográfica. Essa ruptura se empreendeu devido às especificidades da realidade brasileira à época de tal movimento – o período compreendido entre as décadas de 1960 e 1980 – referentes ao contexto político do país, que vivia sob os mandos e desmandos de uma ditadura civil-militar, e a aproximação que alguns geógrafos fizeram do marxismo, escolhendo o materialismo histórico e a dialética como caminhos de interpretação da realidade.

A análise das dissertações e teses revela que os geógrafos brasileiros produziram uma leitura original da relação entre sociedade e espaço interpretando-a dialeticamente, movimento que transformou os fundamentos da disciplina, redefiniu o seu objeto e a sua *démarche* teórica. Destaca-se que essa transformação é resultado do trabalho de uma geração que traduziu o compromisso social de transformação da realidade em uma reflexão teórica sobre essa realidade. A renovação da geografia e a luta contra a ditadura constituem, portanto, dois momentos dialeticamente relacionados da práxis daqueles geógrafos.

Em suma, argumenta-se que a preocupação dos geógrafos brasileiros no momento da renovação centrou-se na explicação da realidade nacional (Moraes, A., 2000; Porto-Gonçalves, 2000), o que exigia a construção de um outro instrumental teórico e metodológico para a disciplina (Oliveira, A., 1982). Nesse processo, a análise espacial de cunho materialista trilhou o caminho do desvendamento das contradições da sociedade brasileira. Consequente e dialeticamente, transformou-se também a geografia como disciplina. O materialismo histórico e dialético é o caminho que revela as contradições, as quais determinam o movimento da história e as relações sociais. Uma sociedade de classes, desigual, produz um espaço desigual, preenche das contradições do modo de produção capitalista. Para desvendar essas contradições foi necessário criar outras bases e fundamentos para a própria ciência. Não bastaria aplicar a geografia com outro objetivo, era importante produzir outra geografia.

Essa outra geografia é fruto da preocupação com o desvendamento dos mecanismos de produção e reprodução do capitalismo como processos totalizantes, os quais se realizam espacialmente. Essa preocupação, no movimento da renovação, deslocou a questão central da geografia de uma interpretação das relações entre o homem e a natureza ou entre a sociedade e o espaço para consolidar como sua problemática particular o papel do espaço na reprodução do capital. A análise do *lugar*, conseqüentemente, muda radicalmente de conteúdo, deixando de ser um objetivo em si para ser a síntese de múltiplas determinações. Realiza-se, com isso, mais um movimento da ruptura metodológica.

A dissertação de Lencioni (1985), portanto, pode ser interpretada como uma das partes componentes do movimento da ruptura crítica. Em outras palavras, como um capítulo importante da consolidação da perspectiva dialética de entendimento da relação entre sociedade e espaço. O trabalho de Lencioni (1985) evidencia que esse processo de renovação da geografia redefiniu a problemática da ciência ao deslocar o ponto de partida metodológico da investigação do lugar para o processo social. Dialeticamente, esse deslocamento não diminuiu a importância da análise do fragmento, mas reconstruiu o seu conteúdo afirmando a indissociabilidade entre sociedade e espaço a partir do entendimento da produção social do espaço.

Para concluir, cabe enfatizar que a crítica da geografia se construiu sobre o desejo e a necessidade de explicar a realização espacial no modo de produção capitalista. Essa crítica revelou que as contradições movem a realidade e que por isso deveriam inspirar pesquisa e investigação. Assim, o desvendamento dessas contradições tem um duplo caráter: de um lado, é um procedimento de pesquisa de uma perspectiva de interpretação do real; de outro e simultaneamente, é um compromisso social, pois o pesquisador se vê como sujeito dessa sociedade contraditória. Portanto, o geógrafo crítico sintetiza a dialética entre a teoria e a prática: trata-se, fundamentalmente, da práxis.

## Referências

- AB'SABER, A. N. Pierre Monbeig: a herança intelectual de um geógrafo. **Revista de Estudos Avançados**, São Paulo, v. 8, n. 22, p. 221-232, 1994.
- ABREU, M. A. O estudo geográfico da cidade no Brasil: evolução e avaliação. Contribuição à história do pensamento geográfico brasileiro. In: FRIDMAN, F.; HAESBAERT, R. **Escritos sobre espaço e história**. Rio de Janeiro: Garammond, 2014.
- ANDRADE, M. C. O pensamento geográfico e a realidade brasileira. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 54, jun. 1977.
- AZEVEDO, A. A geografia em São Paulo e sua evolução. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 16, mar. 1954.
- AZEVEDO, A.; SILVEIRA, J. D. O ensino de geografia na Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 3, out. 1949.
- BENEDITO, M. **1968, por aí... memórias burlescas da ditadura**. São Paulo: Publisher Brasil, 2008.
- BERDOULAY, V. **La formation de l'école française de géographie (1870-1914)**. Paris: Éditions du CTHS, 2008.
- CANDIDO, A. Faculdade de Filosofia completa 70 anos. **Informe FFLCH**, São Paulo, n. 8, fev. 2004.
- \_\_\_\_\_. A Faculdade no centenário da abolição. **Novos Estudos – Cebrap**, São Paulo, n. 34, nov. 1992.
- CARLOS, A. F. A. **Memorial**. Tese (Professora titular em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- \_\_\_\_\_. **Reflexões sobre o espaço geográfico**. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1979.
- CHAUÍ, M. S. Marilena Chauí homenageada pela FFLCH. **Informe FFLCH**, São Paulo, n. 5, set./out. 2003.
- \_\_\_\_\_. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: Editora Unesp, 2001.
- COSTA, W. M. **O processo contemporâneo de industrialização: um estudo sobre a expansão da produção industrial em território paulista**. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.
- CUNHA, L. A. **A universidade reformanda: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.
- DAMIANI, A. L. **Memorial**. Tese (Professora titular em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

- \_\_\_\_\_. **Na busca das favelas o encontro do “peão” que permanece:** as favelas de Cubatão num quadro de desenvolvimento do centro petroquímico siderúrgico. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1984.
- FERNANDES, F. **A questão da USP.** São Paulo: Brasiliense, 1984.
- GIANNAZI, C. **Marcha contra o saber: o golpe militar de 1964 e o AI-e na Universidade de São Paulo.** São Paulo: Global, 2014.
- GIANNOTTI, J. A. **A Universidade em ritmo de barbárie.** São Paulo: Brasiliense, 1986.
- HIRANO, S. Tradição e mudança social no Brasil. In: D’INCAO, M. A.; SCARABÔTOLO, E. F. (Org.). **Dentro do texto, dentro da vida:** ensaios sobre Antonio Candido. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 86-100.
- LACOSTE, Y. **La géographie, ça sert, d’abord, à faire la guerre.** Paris: François Maspéro, 1976.
- LENCIONI, S. **Memorial.** Tese (Professora titular em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- \_\_\_\_\_. **Agricultura e urbanização:** a capitalização no campo e a transformação da cidade – Jardínópolis: o estudo de um lugar. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1985.
- LUNA, F. V.; KLEIN, H. S. Transformações econômicas no período militar (1964-1985). In: REIS FILHO, D. A.; RIDENTI, M.; MOTTA, R. P. S. (Org.). **A ditadura que mudou o Brasil:** 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 92-111.
- MARTINS, J. S. Antonio Candido e a sociologia em São Paulo. In: AGUIAR, F. (Org.). **Antonio Candido:** pensamento e militância. São Paulo: Humanitas, 1999. p. 296-298.
- \_\_\_\_\_. **O cativo da terra.** São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.
- MATHIAS, S. et al. **Os acontecimentos da rua Maria Antônia (2 e 3 de outubro de 1968).** São Paulo: FFLCH, 1988.
- MENDES, J. C. **A Universidade de São Paulo:** súmula de sua história. São Paulo: Aciesp, 1978.
- MONBEIG, P. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo.** São Paulo: Hucitec, 1984.
- \_\_\_\_\_. **Novos estudos de geografia humana.** São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1957.
- \_\_\_\_\_. **Pionniers et planteurs de São Paulo.** Paris: Librairie Armand Colin, 1952.
- MONTEIRO, C. A. F. **A geografia no Brasil (1934-1977):** avaliação e tendências. São Paulo: IGEOG/USP, 1980 (Série Teses e Monografias, 37.)



- MORAES, A. C. R. **Geografia**: pequena história crítica. 19. ed. São Paulo: Annablume, 2005.
- \_\_\_\_\_. Entrevista. In: SCARIM, P.C. **Coetâneos da crítica**: uma contribuição ao estudo do movimento de renovação da geografia brasileira. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.
- \_\_\_\_\_. **Contribuição para uma história crítica do pensamento geográfico**: Alexandre Von Humboldt, Karl Ritter e Friedrich Ratzel. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1983.
- MORAES, J. Q. Na Maria Antônia dos anos 60: a reforma da filosofia e a revanche dos golpistas. In: SANTOS, M. C. L. (Org.). **Maria Antônia**: uma rua na contramão. São Paulo: Nobel, 1988. p. 106-113.
- MOTTA, R. P. S. A modernização autoritário-conservadora nas universidades e a influência da cultura política. In: REIS FILHO, D. A.; RIDENTI, M.; MOTTA, R. P. S. (Org.). **A ditadura que mudou o Brasil**: 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 48-65.
- NAPOLITANO, M. **1964**: história do regime militar brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014.
- OLIVEIRA, A. U. Entrevista. In: VERDI, E. F. **Produção geográfica e ruptura crítica**: a geografia uspiana entre 1964 e 1985. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
- \_\_\_\_\_. U. Espaço e tempo: compreensão materialista dialética. In: SANTOS, M. (Org.). **Novos rumos da geografia brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1982.
- \_\_\_\_\_. **Contribuição para o estudo da geografia agrária**: crítica ao “Estado Isolado” de Von Thünen. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1978.
- OLIVEIRA, F. A expansão pós-1964: nova revolução econômica burguesa ou progressão das contradições? In: OLIVEIRA, F. **Crítica à razão dualista**: o ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003.
- PEDROSA, B. V. A controvérsia da geografia crítica no Brasil. **Geosul**, Florianópolis, v. 30, n. 59, p. 7-27, jan./jun., 2015.
- PETRONE, P. História do pensamento geográfico. São Paulo: **Borrador**, n. 2, 1994.
- \_\_\_\_\_. As mudanças recentes da organização do espaço econômico do estado de São Paulo e suas repercussões nos quadros urbanos. **Caderno de Ciências da Terra**, São Paulo: FFLCH-USP, n. 20, 1972.
- \_\_\_\_\_. **Os aldeamentos paulistas e sua função de valorização da região paulistana**: estudo de geografia histórica. Tese (Livre-Docência em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, 1964.

- PORTO-GONÇALVES, C. W. Entrevista. In: SCARIM, P. C. **Coetâneos da crítica: uma contribuição ao estudo do movimento de renovação da geografia brasileira**. 2000. Dissertação (Mestrado) em Geografia Humana, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.
- REIS FILHO, D. A. Classe operária, partido de quadros e revolução socialista: o itinerário da Política Operária – POLOP (1961-1986). In: REIS FILHO, D. A.; FERREIRA, J. **Revolução e Democracia. 1964...** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 53-71.
- RIDENTI, M. As oposições à ditadura: resistência e integração. In: REIS FILHO, D. A.; RIDENTI, M.; MOTTA, R. P.S. (Org.). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 30-47.
- \_\_\_\_\_. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: Editora Unesp, 2010.
- RODRIGUES, L. S. **A produção social do marxismo universitário em São Paulo: mestres, discípulos e 'um seminário' (1958-1978)**. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- ROSSINI, R. E. **Contribuição ao estudo do êxodo rural no estado de São Paulo**. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1975.
- \_\_\_\_\_. **Serra Azul: o homem e a cidade**. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1971.
- SADER, M. R. C. T. **Evolução na paisagem rural de Itu, num espaço de 100 anos**. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1970.
- SCHWARZ, R. **Sequências brasileiras: ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- SEABRA, O. C. L. **Memorial**. Tese (Livre-Docência em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.
- SIQUEIRA, G. Memória: Geraldo Siqueira – entrevista à Ricardo de Azevedo. **Teoria e Debate**, n. 65, fev./mar., 2006.
- TOLEDO, C. N. 1964: o golpe contra as reformas e a democracia. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 13-28, 2004.
- VERDI, E. F. **Produção geográfica e ruptura crítica: a geografia uspiana entre 1964 e 1985**. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
- VESENTINI, J. W. **A capital da geopolítica: um estudo geográfico sobre a implantação de Brasília**. 1984. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1984.